



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Brasil CT&I

Data: 01/03/2020

Caderno/Link: <http://www.brasilcti.com.br/pesquisa/estudo-avalia-impacto-de-politicas-publicas-no-combate-a-economia-do-crime/>

Assunto: Estudo avalia impacto de políticas públicas no combate à “economia do crime”

Estudo avalia impacto de políticas públicas no combate à “economia do crime”



Os impactos de duas políticas públicas sobre a taxa de homicídios no Brasil são avaliados em pesquisa da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (**Esalq**) da USP, em Piracicaba. O estudo revela que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do governo federal, não foi efetivo em reduzir a taxa de homicídios nos municípios que receberam recursos do programa. E no Estado de São Paulo, a saída de alguns municípios do Programa Escola da Família (PEF), do governo estadual, não influenciou a taxa de homicídios. Os dois programas foram analisados a partir de modelos baseados no conceito de “economia do crime”, uma corrente de estudos econômicos sobre as causas da criminalidade.

“O precursor dessa linha de pesquisa é o professor Gary Becker, da Universidade de Chicago (Estados Unidos), que em 1968 publicou o artigo ‘Crime and Punishment: an Economic Approach’”, conta a economista Talita Egevardt de Castro, autora do trabalho. “Becker desenvolveu um modelo econômico do crime que considera a atividade ilegal como uma atividade econômica, assim como as atividades legais. Nesta atividade, observa a pesquisadora, o “empresário” é o ofensor, que decide racionalmente ofertar o crime, ponderando os custos e benefícios a serem auferidos com a atividade. “As políticas públicas podem apresentar efeitos negativos sobre a oferta criminal, dissuadindo os ofensores de ingressarem no mercado ilegal”, ressalta.

O Pronasci foi lançado pelo governo federal em 20 de agosto de 2007, coordenado pelo Ministério da Justiça. “Com sua diversidade de ações, ele poderia reduzir a criminalidade através de um aumento na probabilidade de apreensão e condenação, reduzindo o retorno esperado com a atividade ilegal e consequentemente, a oferta de crimes”, aponta a economista. “As ações de prevenção e



enfrentamento da violência poderiam aumentar o nível educacional, a renda, a coesão social e propiciar melhores oportunidades de trabalho, entre outros fatores, que também poderiam reduzir o retorno esperado com a atividade ilegal, reduzindo a atividade criminal.”

Resultados

Segundo Talita de Castro, a partir da comparação entre os dados dos anos de 2000 e 2010, a pesquisa verificou que o Pronasci não foi efetivo em reduzir a taxa de homicídios dos municípios que receberam recursos para realizar as atividades do programa. A economista recomenda a realização de novas investigações sobre os motivos que levaram ao fracasso do Pronasci em nível nacional, para que políticas públicas com desenho semelhante ou idêntico não cometam os mesmos erros.

Veja também [Composto químico pode ajudar na elucidação de crimes](#)

O Programa Escola da Família (PEF) foi criado em 23 de agosto de 2003 pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e instituições parceiras, e instituído pelo governo do Estado em julho de 2004. “Embora não desenvolva ações propriamente de segurança pública, o programa visa a reduzir a vulnerabilidade de crianças e adolescentes com ações socioeducativas, oferecendo atividades aos jovens, familiares e comunidade”, relata Talita. As atividades do programa são realizadas em escolas públicas, nos finais de semana. “Assim, o programa, através de uma melhoria na educação, nas relações interpessoais, redução da desorganização social e do tempo ocioso dos participantes, poderia aumentar o custo de oportunidade do crime, reduzir o retorno esperado da atividade ilegal e, por conseguinte, a criminalidade.”

Em 2007, houve uma redução do PEF e alguns municípios do Estado deixaram o programa. “Os resultados do estudo não sustentam que houve um aumento das taxas de homicídios nestes municípios”, afirma a economista. “Em relação ao PEF, outros estudos podem ser realizados considerando um nível territorial diferente, ou ainda, outros tipos de crimes.”

A especialista recomenda a implementação de políticas de segurança pública fundamentadas em estudos científicos, cujos resultados sejam monitorados, durante e após a finalização dos programas, para uma alocação mais eficiente dos recursos públicos. O trabalho foi orientado pela professora Ana Lúcia Kassouf, da Esalq, e co-orientado pelo professor Marcelo Justus dos Santos, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A pesquisa é descrita na tese de doutorado [Políticas de segurança pública no Brasil sob o olhar da Economia do Crime: os casos do Pronasci e Programa Escola da Família](#), defendida na Esalq em 2019.

Mais informações: e-mail anakassouf@usp.br, com a professora Ana Lúcia Kassouf, e talita.egevardt@gmail.com, com Talita Egevardt de Castro

Texto: [Júlio Bernardes](#)

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil-Fotos Públicas

Fonte: Jornal da USP

